

Aspectos editoriais da cartilha *Caminho Suave* e a participação da Editora Caminho Suave Limitada em programas federais do livro didático

Eliane Teresinha Peres*
Mônica Maciel Vahl**
Vania Grim Thie***

Resumo:

Neste trabalho, o objetivo principal é apresentar e analisar aspectos editoriais da cartilha *Caminho Suave*, bem como a participação da editora homônima em programas federais do livro didático. Publicada pela primeira vez em 1948 e editada até os dias atuais, a cartilha marcou a história da alfabetização brasileira, influenciando gerações de professores e alunos. Os dados analisados foram coletados em fontes oficiais (*Diário Oficial da União* e *Diário Oficial do Estado de São Paulo*), na imprensa periódica (acervos da Hemeroteca Digital Brasileira, do Grupo Folha e do Digital Veja), e em exemplares da própria cartilha. Os dados coletados apontam que, no caso de livros para o ensino da leitura e da escrita no Brasil, é possível identificar a cartilha *Caminho Suave* como um dos maiores sucessos editoriais, conforme já indicavam alguns estudos na área.

Palavra-chave:

História da Educação; alfabetização; Caminho Suave.

* Doutorado em Educação (UFMG) (2000); Pós-Doutorado (2012). Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - Pelotas - RS.

** Mestrado em Educação (UFPel) (2014). Doutoranda na University of Canterbury.

*** Doutorado em Educação (UFPel) (2013). Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pelotas - RS

Editorial aspects of the primer *Caminho Suave* and the participation of the publisher Caminho Suave Limitada in federal programs for school textbook

Eliane Teresinha Peres
Mônica Maciel Vahl
Vania Grim Thie

Abstract:

The main objective of this work was to present and analyze editorial aspects of the primer *Caminho Suave*, as well as the participation of the publishing house of the same name, in federal programs for school textbooks. The primer was published for the first time in 1948 and is edited until today, representing a landmark for Brazilian literacy, exerting influence over generations of teachers and students alike. Data analyzed were collected from official sources (*Diário Oficial da União* [Brazilian Official National Press] and *Diário Oficial do Estado de São Paulo* [São Paulo State Official Press]), from periodical press (Veja Digital, Grupo Folha, and Hemeroteca Digital Brasileira [Brazilian Digital Periodical Press Collection]), and from printings of the primer itself. In the research process, data indicated the primer *Caminho Suave* as one of the biggest editorial successes concerning books used to teach reading and writing in Brazil, as some studies in this field had already indicated.

Keywords:

History of Education; literacy; Caminho Suave.

Aspectos editoriales de la cartilla *Caminho Suave* y de la participación de la editorial Caminho Suave Limitada en los programas federales del libro didáctico

Eliane Teresinha Peres
Mônica Maciel Vahl
Vania Grim Thie

Resumen:

Este trabajo tiene como objetivo principal presentar y analizar aspectos editoriales de la cartilla *Caminho Suave*, así como la participación de la editorial homónima en los programas federales del libro didáctico. Publicada por primera vez en 1948 y editada hasta los días actuales, la cartilla marcó la historia de la alfabetización brasileña, influenciando generaciones de profesores y alumnos. Los datos analizados fueron colectados en fuentes oficiales (*Diário Oficial da União* y *Diário Oficial do Estado de São Paulo*), en la prensa periódica (acervos de la Hemeroteca Digital Brasileira, en el Grupo Folha y en Digital Veja), y en ejemplares de la propia cartilla. En el proceso de investigación fueron colectados datos que posibilitan identificar a la cartilla *Caminho Suave* como uno de los mayores éxitos editoriales tratándose de libros para la enseñanza de la lectura y de la escritura en Brasil, como ya se indicaba en algunos estudios del área.

Palabras clave:

Historia de la Educación; alfabetización; Caminho Suave.

Introdução

O objetivo principal neste artigo é apresentar e analisar dados a respeito dos aspectos editoriais da cartilha *Caminho Suave* e da participação da editora responsável por sua publicação em políticas nacionais do livro didático ao longo de três décadas. A referida cartilha foi produzida por Branca Alves de Lima e publicada pela primeira vez em 1948, pela editora por ela criada com o nome de Editora Caminho Suave Limitada¹. Vendendo mais de 40 milhões de exemplares até os anos 1990 (Avancini & Rossetti, 1997, p. 11), *Caminho Suave* é considerada o maior sucesso editorial no que tange à venda de livros para o ensino da leitura e da escrita no Brasil.

A motivação para este estudo partiu dos dados coletados em uma pesquisa mais ampla (VAHL, 2014) e do trabalho de organização do acervo de cartilhas do grupo de pesquisa História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares (Hisales/FaE/UFPel), que possui uma quantidade considerável de livros da autora Branca Alves de Lima. O Hisales tem trabalhado constantemente na constituição e manutenção de diferentes acervos² a fim de preservar a memória da alfabetização do Rio Grande do Sul e do Brasil.

A cartilha *Caminho Suave* carece de estudos aprofundados, principalmente porque se trata de “um dos best-seller da história da alfabetização no Brasil”. Assim, “merece ser melhor investigada, analisada em suas várias edições e ilustrações” (Maciel, 2002, p. 165), tendo como foco sua trajetória editorial e a participação da Editora Caminho Suave Limitada em programas do livro didático. Neste estudo, optamos não só por associar dados retirados dos exemplares da *Cartilha Suave*, mas

¹ Os dados localizados na imprensa e compilados nesta pesquisa mostram que em 1949 a *Cartilha Suave* foi incluída na lista dos livros a serem usados nas escolas primárias do estado de São Paulo. Isso indica que a 1ª edição é anterior a essa data, provavelmente de 1948. Outros estudos na área de história da alfabetização (Mortatti, 2000) também assinalam a publicação da *Caminho Suave* em 1948.

² O grupo de pesquisa Hisales, criado em 2006 na FaE/UFPel, mantém cinco diferentes acervos: a) cartilhas e livros de alfabetização em língua nacional e estrangeira, do século XIX aos dias atuais; b) livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1940 e 1980) cadernos de crianças em fase de alfabetização, do período de 1930 até a atualidade; d) cadernos de planejamento de professoras alfabetizadoras, dos anos de 1960 até os dias atuais; e) materiais didático-pedagógicos (quadro-negro, folhas de atividades e exercícios, cartazes, jogos de alfabetização, etc).

também por problematizar os dados obtidos em fontes oficiais como o Diário Oficial da União e em impressos como jornais e revistas de circulação nacional e regional, possíveis de ser consultados via on-line.

O texto aqui apresentado foi organizado em cinco seções. Na primeira, apresentamos o processo de produção dos dados da pesquisa (fontes oficiais, imprensa e livros didáticos). Na segunda, abordamos a elaboração da cartilha *Caminho Suave* por Branca Alves de Lima e o seu lançamento no mercado editorial. Na terceira, analisamos a inserção da Editora Caminho Suave nos programas federais de financiamento e distribuição de livros didáticos do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Na quarta, discutimos aspectos do enfrentamento entre a proposta didática da cartilha *Caminho Suave*, o denominado método eclético ou misto, e o construtivismo, defendido nos anos de 80 do século XX. Por fim, apresentamos algumas considerações finais que sumarizam os principais resultados da pesquisa.

1. Produção dos dados da pesquisa

A perspectiva metodológica utilizada neste estudo assenta-se na análise documental (Le Goff, 2003; Cellard, 2010; Pimentel, 2001; Corsetti, 2006). Os dados foram coletados em fontes oficiais, como o *Diário Oficial da União* (DOU) e o *Diário Oficial do Estado de São Paulo* (DOSP), na imprensa periódica disponível on-line de forma gratuita (acervos Hemeroteca Digital Brasileira, Grupo Folha e Digital Veja) e nas próprias cartilhas da coleção *Caminho Suave*³.

No que concerne à consulta ao DOU e ao DOSP, foi utilizado o Portal JusBrasil⁴, onde é possível fazer a consulta em Diários do Executivo e do Judiciário por meio de palavras-chave. Na busca pela palavra-chave *Caminho Suave*, foram localizados 489 (quatrocentos e oitenta e nove) resultados, dos quais foram utilizados somente os que se referiam à Coleção *Caminho Suave* e que se encontravam no DOU e no DOSP: cerca de 130 resultados.

As fontes oficiais oferecem possibilidades fecundas para pensarmos aspectos editoriais da cartilha e da editora. O DOU fornece informações

³ Foram realizados contatos por e-mail com a Editora Edipro, atual casa editorial da coleção *Caminho Suave*, que apesar de se mostrar disponível em um primeiro momento, não concedeu informações sobre a produção de seus livros didáticos.

⁴ O acervo do JusBrasil encontra-se disponível para consulta em: <http://www.jusbrasil.com.br/>. Acesso em 02 de agosto de 2014.

dos acordos firmados entre o MEC e a Editora Caminho Suave; no DOSP, encontram-se dados acerca da circulação da cartilha em sua fase inicial de publicação. Além disso, especialmente na parte da reprodução de pronunciamento de parlamentares, há pistas da memória construída em torno da *Caminho Suave*. O deputado estadual Antonio Mentor, por exemplo, afirma: “o quanto foi especial aprender pela cartilha ‘Caminho Suave’, que tantas pessoas alfabetizou sem denegrir os valores sociais” (São Paulo, 2009a, p. 5); o deputado estadual Donisete Braga se diz “ser do tempo da Caminho Suave” (São Paulo, 2011, p. 15); para o deputado estadual Olímpio Gomes, esse tempo era percebido como de maior retidão no uso do dinheiro público na educação: “talvez não tivéssemos tanta coisa; tínhamos a cartilha ‘Caminho Suave’, mas duvido que tivesse incorreção, porque não havia a propina, a safadeza, a compra de encalhes” (São Paulo, 2009b, p. 11). O pronunciamento de Olímpio Gomes foi feito muito recentemente no contexto do debate sobre a compra e a distribuição de mapas com erros para as escolas públicas paulistas durante a gestão do governador José Serra (2007-2011).

No entanto, é preciso salientar que a utilização das fontes oficiais na pesquisa histórica também expõe uma série de problemas. Por exemplo, as discussões entre o MEC e a Editora Caminho Suave para o fechamento dos contratos foram “encobertas” no texto publicado no DOU, sendo publicado somente o acordo final entre as partes. De forma semelhante, os jogos de poder que permearam a relação do Departamento de Educação do Estado de São Paulo com as editoras, os editores, os autores e outros atores envolvidos no processo de produção de livros didáticos para a aprovação ou reprovação do pedido de circulação de determinados títulos não são observados no tipo de dados disponíveis no DOSP.

Em relação à imprensa foram utilizados os portais da Hemeroteca Digital Brasileira⁵, organizada pela Fundação Biblioteca Nacional, que oferece acesso a diversos jornais, revistas, anuários, boletins, publicações seriadas, do século XIX aos dias atuais; do acervo Grupo Folha⁶, que reúne os jornais *Folha de São Paulo*, *Folha da Manhã* e *Folha da Noite* do

⁵ O acervo da Hemeroteca Digital Brasileira encontra-se disponível para consulta em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Acesso em 22 de setembro de 2014.

⁶ O acervo Grupo Folha encontra-se disponível para consulta em: <http://acervo.folha.com.br/>. Acesso em 18 de junho de 2014.

período de 1921 a 2014; do acervo Digital Veja⁷, que disponibiliza os exemplares da revista *Veja* entre os anos de 1968 e 2009. O descritor utilizado para a pesquisa na imprensa também foi *Caminho Suave*. A tabela 01 apresenta os resultados da investigação em periódicos:

Tabela 01 – Número de artigos localizados sobre a Coleção e/ou a Editora Caminho Suave

Período Década	1950-59	1960-69	1970-79	1980-89	1990-99	2000-09	2010-14
Letras da Província	01	-	-	01	-	-	-
Jornal do Brasil	-	02	06	04	02	-	-
Diário do Paraná	-	01	-	01	-	-	-
O Estado de Mato Grosso	-	-	02	-	-	-	-
O Fluminense	-	-	01	-	-	-	-
Jornal do Dia	-	-	-	01	-	-	-
Diário da Tarde	-	-	-	02	-	-	-
Folha de São Paulo		-	12	07	03	01	04
Veja	-	-	-	-	01	-	-
Total:	01	04	21	16	06	01	04

Fonte: Acervos Hemeroteca Digital Brasileira, Grupo Folha e Digital Veja.

⁷ O acervo Digital Veja encontra-se disponível para consulta em: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/>. Acesso em 03 de junho de 2014.

O uso da imprensa como fonte e como objeto de estudo na pesquisa histórica é discutido e problematizado por diversos autores (Carvalho, Araujo & Gonçalves Neto, 2002; Faria Filho, 2002; Vieira, 2007; Cruz & Peixoto, 2007; Luca, 2008). Para Luca (2008, p. 111), a história pode ser escrita a partir “dos, nos e por meio dos periódicos”. Nesta pesquisa, jornais e revistas foram utilizados para compreendermos os debates em torno da Coleção e da Editora Caminho Suave e identificarmos as estratégias de promoção e divulgação da cartilha. Na tabela 01, é possível perceber a publicação de cinquenta e três artigos com a temática da Coleção e/ou da Editora na imprensa entre os anos de 1950 a 2014.

A maior concentração de publicações ocorreu nas décadas de 1970 e 1980, coincidindo com o período de maior tiragem da cartilha. Considerando os veículos de comunicação, verificamos que o jornal *Folha de São Paulo* publicou o maior número de reportagens e/ou anúncios, concentrando aproximadamente 50% das publicações localizadas acerca do assunto. O alto índice de reportagens e/ou anúncios na *Folha de São Paulo* talvez se deva ao fato de que, para além de ser um dos maiores do país, esse jornal tem sua sede na mesma cidade da Editora Caminho Suave, o que, do ponto de vista estratégico, facilitaria a venda e a circulação dos livros didáticos publicados pela Editora.

Cabe destacar, ainda, que, durante o período mais significativo de publicação da cartilha *Caminho Suave* (1964-1985), o país suportava os efeitos do regime político autoritário, da ditadura militar, dentre os quais o cerceamento da liberdade e a censura da imprensa. Contudo, para o mercado editorial didático, foi um momento de expansão nas vendas, com o estabelecimento das primeiras tentativas de folêgo em nível federal de compra e distribuição de livros para alunos de escolas públicas.

No que diz respeito à cartilha e aos livros da Coleção Caminho Suave, foram consultados os exemplares pertencentes ao grupo de pesquisa já referido⁸, bem como os materiais associados à cartilha, os quais constam da tabela 02.

⁸ Além dos exemplares, o acervo de materiais didático pedagógicos do grupo de pesquisa Hisales conta com: caixa de carimbos didáticos, personagens do 1º livro *A família*; baralhinho didático Caminho Suave (testes de alfabetização pela imagem); certificado de aluno alfabetizado pela cartilha *Caminho Suave* e coleção de cartazes de apoio ao professor.

Tabela 02 – Materiais da Coleção Caminho Suave – Acervo grupo de pesquisa Hisales

Material	Quantidade	Ano e Edição
Cartilha	05	1979 (81ª edição – 2 exemplares); 1984 (90ª edição; 1985 (91ª edição); 1988 (90ª Edição); 1996 (114ª edição); 2011 (131ª edição); s/d (s/ed)
Manual do professor para a cartilha - Sistematização progressiva do processo de “Alfabetização pela imagem”	01	1979 (3ª edição); s/d (7ª edição)
Manual do professor para a cartilha – Reforço para o Período Preparatório e Avaliação da Prontidão	02	s/d (7ª edição); s/d (8ª edição)

Fonte: Acervo grupo de pesquisa Hisales (FaE/UFPel).

Nos exemplares apontados na tabela 02, além das mudanças no formato da cartilha, observamos que sua impressão contou com subsídios de diferentes programas federais de livros didáticos: Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (Plidef) e Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Contudo, um problema enfrentado nas pesquisas com livros didáticos refere-se à natureza lacunar das informações sobre a edição e a circulação dos impressos, o que torna difícil localizar os exemplares. De forma geral, os dados não formam um corpus contínuo, o que gera uma série de incertezas. Por exemplo, “a localização de um exemplar de algum autor é fruto de um acaso ou o fato de haver um título do mesmo autor em diferentes acervos demonstra o poder de circulação de sua obra?”. Ou, “ao contrário, sua preservação deveu-se ao seu pouco uso?”. Ainda: “os livros realmente circularam nas escolas?” (Frade & Maciel, 2006, p. 42). Problemas dessa ordem, contudo, não nos impediram de desenvolver o estudo proposto e discutir os dados que mostram a importância da cartilha e da Editora Caminho Suave na história da

alfabetização e no contexto das políticas públicas do livro didático no Brasil.

É preciso ressaltar, ainda, que estamos cientes do limite dos documentos utilizados na pesquisa (fontes oficiais, imprensa periódica e livros didáticos) e que, no que diz respeito à cartilha *Caminho Suave*, alguns aspectos podem ser problematizados, outros apenas indicam pistas de análise e outros, ainda, não podem ser abordados. Assim, considerando os dados obtidos na investigação, apresentamos a seguir aspectos do processo de elaboração e produção da cartilha *Caminho Suave*.

2. A cartilha *Caminho Suave*: elaboração e produção

O estudo dos impressos de destinação escolar (livros didáticos, cartilhas, jornais, revistas, cadernos de exercícios, etc.) tem crescido nas últimas décadas no Brasil (entre outros, Bittencourt, 1993; Munakata, 1997; Batista, 1999; Frade & Maciel, 2006; Frade, 2011). Em relação aos livros para o ensino inicial da leitura e da escrita, sabemos que eles “portam saberes relacionados ao processo de alfabetização, mas também são objetos que configuram uma cultura gráfica, constroem dispositivos de pensamento” (Frade, 2011, p. 184). Assim, pode-se dizer que os livros didáticos em geral e as cartilhas em especial “são um meio especializado para a introdução ritual de crianças em valores de uma cultura” (Luke, 1988, p. 64).

A cartilha *Caminho Suave*, segundo revelam os dados, foi elaborada com base na experiência de Branca Alves de Lima em escolas do interior paulista. Branca afirmou ao jornal *Folha da São Paulo* que a “cartilha nasceu do trabalho nas salas de aula, tentando superar as dificuldades do aprendizado, procurando nas ilustrações alguma semelhança com o fonema usado” (Mello, 1983, p. 24). O argumento de que a cartilha “nasceu” da prática, do trabalho em sala de aula e da experiência da autora é recorrente nas reportagens pesquisadas.

Branca também ressaltou ao jornal *Folha de São Paulo* que a cartilha foi escrita em oposição àquelas do método global de contos que, na década de 1940, estava no auge de sua divulgação e utilização nas classes de alfabetização em muitos estados brasileiros (Maciel, 2001; Peres, 2008). A reportagem refere-se à autora como adepta do *método eclético* e faz referência à obrigatoriedade do uso do método analítico no Estado de São Paulo desde o início do século XX, conforme havia sido decretado pelo então Secretário de Educação Oscar Thompson:

O sucesso do “Caminho Suave” é encarado pela autora como o resultado de um trabalho nascido exclusivamente de sua experiência como professora [...]. Defensora do método eclético, Branca Alves de Lima recorda todas as tentativas feitas para implantar o método analítico ou global trazido para o Brasil em 1911 pela americana Miss Browne e tornado obrigatório para o Estado de São Paulo pelo então secretário de Educação Oscar Thompson. “O método vigorou durante 21 anos, com resultados negativos. Em 1945 uma lei federal devolveu aos professores a liberdade didática.” “A Aliança para o Progresso”, firmada entre os Estados Unidos e Brasil de 1957 a 64 tentou reviver o método global – prossegue a professora Branca. “Há professores que a adotam e defendem o método, mas continuo com o meu ‘Caminho Suave’ inalterado, a não ser por algumas pequenas modificações nas atividades. Uma cartilha que está há 34 anos no mercado sem perder o lugar deve ter alguma coisa de bom” (Mello, 1983, p. 24).

Como se pode notar, a elaboração e a produção da cartilha *Caminho Suave* inserem-se na chamada “querela dos métodos” (Mortatti, 2000), que ocupou o cenário educacional brasileiro desde pelo menos o final do século XIX. Como a reportagem deixa entrever, na defesa de sua cartilha e do método preconizado, a autora lançava mão de argumentos relacionados a uma longa e árdua luta acerca do melhor método para o ensino da leitura e da escrita que estava em curso desde o começo do século XX, especialmente em São Paulo. Ainda segundo a autora da cartilha, nos anos de 1950 e 1960, com as políticas intervencionistas dos Estados Unidos no Brasil, a opção pelo método global de contos foi reafirmada⁹. Outro argumento utilizado por Branca para atestar a qualidade de seu material é o da longevidade da cartilha, que, conforme ela afirma, estava no mercado havia 34 anos. Em 1990, outra reportagem da *Folha de São Paulo* deu destaque à proposta de alfabetização da autora:

A Caminho Suave surgiu a partir das experiências de Branca, uma colecionadora de cartilhas, com alunos do interior do Estado, zona rural e

⁹ Entre as políticas de intervenção norte-americana nos anos de 1950, 1960 e 1970 destacam-se o Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAE) e os acordos entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Para saber mais ver: Paiva e Paixão (2002) e Pina (2011).

periferia de São Paulo. Ela diz que as crianças apresentavam dificuldade de alfabetização com o método global, usado na época, em que o aprendizado era feito a partir de frases, das quais eram destacadas palavras e por fim sílabas e letras. Partindo de sua atuação em sala de aula, Branca criou o chamado “método eclético”, onde a alfabetização é feita através da associação de imagens a palavras-chave, sílabas e letras. A idéia de associar o “g” ao rabo do gato e o “l” ao cabinho da laranja surgiu em cartazes feitos à mão pela autora junto com alunos (Após 40 Anos..., 1990, p. C-6).

Nesse excerto, pelo menos dois aspectos merecem ser ressaltados: primeiramente, o fato de Branca se considerar uma colecionadora de cartilhas, o que demonstra o interesse da autora por livros para o ensino da leitura e da escrita, provavelmente anterior à elaboração de sua obra; segundo, a associação desenvolvida por Branca entre as letras e as imagens a partir dos cartazes feitos “à mão” com os alunos, aspecto reproduzido na publicação da cartilha. Cabe destacar ainda que, nas duas reportagens da *Folha de São Paulo* – de 1983 e 1990 –, Branca aponta como uma das razões principais da produção da cartilha o fracasso do método global (ou analítico) de alfabetização.

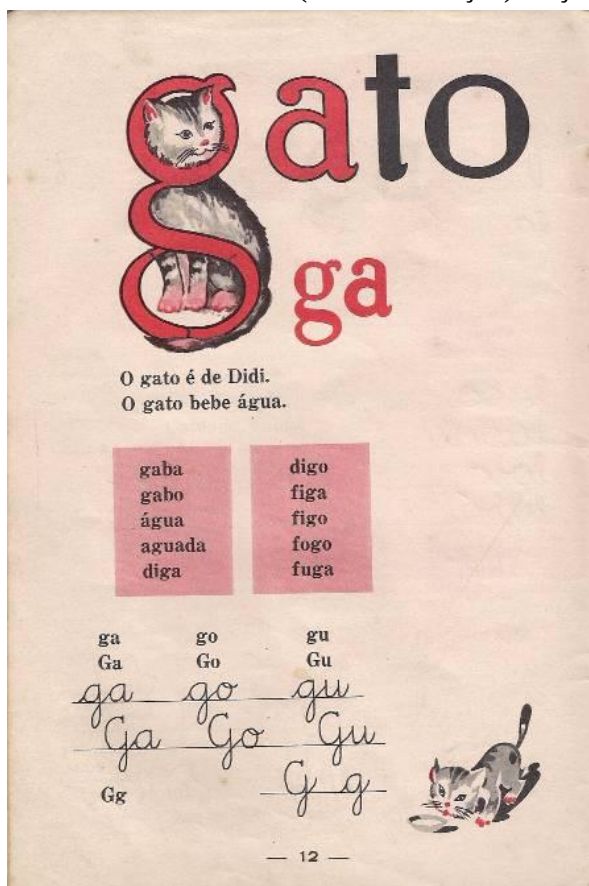
Segundo Maciel (2001), a professora mineira Lucia Casasanta foi uma das pioneiras na divulgação do método global de contos no Brasil. A referida professora viajou aos Estados Unidos em 1927, no contexto da reforma Francisco Campos em Minas Gerais. Lucia Casasanta esteve, juntamente com outras professoras, no *Teacher's College*, na Universidade de Colúmbia em Nova York (Maciel, 2001). Foi sob a orientação dessa professora que Anita Fonseca produziu na Escola de Aperfeiçoamento, durante as aulas de Didática de Linguagem, um dos pré-livros mais conhecidos do método global de contos: *O Livro de Lili* (Francisco Alves, 1940). Em 1954, a própria professora Casasanta produziu uma coleção de livros, *As mais belas histórias*, cujo pré-livro era *Os três porquinhos*. Portanto, é a essa tradição, que começou no início do século XX, que Branca se refere ao apresentar sua cartilha e seu método de alfabetização: sempre em oposição ao método global ou analítico.

Branca Alves de Lima criticou de forma constante na imprensa o método global e afirmou ter criado um *método eclético* (ou misto). Este método combinava as abordagens teóricas analítica (palavras, frases,

textos) e sintética (sílabas, fonemas, letras), sendo também chamado de analítico-sintético.

Embora Branca afirmasse ter produzido a cartilha baseada no *método eclético ou misto* o princípio básico de sua metodologia é a palavração e a silabação, fato já reiterado pelo estudo de Maciel (2002). Outro aspecto que a autora da cartilha enfatizou é a associação entre a imagem e a palavra-chave, caracterizada como *alfabetização pela imagem*. Conforme indicado nas reportagens anteriores, a cartilha propunha unir as letras iniciais às ilustrações que representavam a forma da letra, conforme se pode ver na figura a seguir:

Figura 01 – Cartilha *Caminho Suave* (1979/81ª edição). Lição do Gato.



Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Hisales

Os dados indicam que a primeira edição, com somente cinco mil exemplares da *Caminho Suave*, foi custeada por Branca Alves de Lima com a ajuda de seu pai. Para tanto, foi criada uma empresa de pequeno porte, que, posteriormente, passaria a se chamar Editora Caminho Suave Ltda, conforme citação do Jornal do Brasil:

Naquela época, com a ajuda do pai, um contador, Branca Alves de Lima abriu uma pequena firma e, sozinha, bancou a edição de 5 mil exemplares – mil distribuídos de graça às escolas e outros 4 mil vendidos com facilidade. A firma, então, passou a se chamar Editora Caminho Suave Ltda, e Branca, além de lecionar, atendia aos clientes, fazia pacotes e despachava as cartilhas pelo correio (Brasil, 1987, p. 7).

Como se lê, a atuação vanguardista da autora foi salientada pelo *Jornal do Brasil*. Na reportagem, além da abertura da “pequena firma com ajuda do pai contador”, enfatizam-se as atividades de Branca na edição, divulgação, distribuição e venda de sua obra didática. Segundo Mortatti (2000, p. 207), “a autora empreende, entre os professores, uma intensa propaganda de sua cartilha, apresentando, no folheto Auxiliar de Alfabetização (1948), o processo proposto e um resumo da cartilha, além de informações para a sua aquisição”. No *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, consta que Branca Alves de Lima solicitou a inclusão da cartilha na relação dos livros a ser usados nas escolas primárias do Estado de São Paulo em 1949. De acordo com as citações a seguir, o pedido foi aprovado praticamente de imediato para a circulação nas escolas:

Departamento de Educação

Expediente Geral

Papeis despachados: Proc. 53-49 – Branca de Alves de Lima, solicita inclusão de sua cartilha ‘Caminho Suave’, na relação dos livros a serem usados nas escolas primárias do Estado, a partir de [19]49 – Inclua-se.

(São Paulo, 1949b, p. 08).

Departamento de Educação

Relação dos livros de leitura diária autorizados para 1949

Obras – Autor [...]

Caminho Suave – Branca Alves de Lima

(São Paulo, 1949a, p. 12).

Os dados coletados no DOSP mostram que a cartilha se manteve na relação dos livros autorizados para o uso no estado de São Paulo entre final da década de 1940 até a década de 1970. Podemos inferir que a aprovação pelo Departamento de Educação colaborou para a aceitação da *Caminho Suave* entre os professores do Estado paulista, o que provavelmente acelerou o acolhimento da obra em escala nacional. O sucesso da cartilha foi matéria do periódico *Letras da Província* ainda em 1959:

CAMINHO SUAWE - Está na 29ª edição a cartilha CAMINHO SUAWE (Alfabetização pela Imagem), de autoria de *Branca Alves de Lima*, que é um livrinho muito bem feito e que se recomenda pelos ótimos resultados que com ele obtêm os professores de primeiro ano primário. Recomendamo-la aos professores que por ventura ainda não o conheçam, certos de que resolverão, sobretudo, os novos professores primários, o problema de uma alfabetização suave, rápida e eficiente (Caminho..., 1959, p. 07).

Apenas onze anos depois da primeira edição, a cartilha *Caminho Suave* já era considerada como “um livrinho muito bem feito”, sendo recomendada pelos “ótimos resultados”, em especial, para os novos professores primários. O sucesso da obra de Branca Alves de Lima foi estrondoso, sobretudo entre as décadas de 1970 e 1980. A autora afirmou que o recorde de vendas da cartilha *Caminho Suave* teria ocorrido em 1971, com a edição de dois milhões de exemplares (Após 40 anos..., 1990, p. C-6). Ainda, de acordo com Aloysio Teixeira Costa, gerente-geral da Câmara Brasileira do Livro (CBL) no Brasil, a tiragem da Coleção corresponderia a “cerca de 0,4% de toda a produção editorial do país” em 1989, tendo sido impressos cerca de 190 milhões de exemplares naquele ano (Após 40 anos..., 1990, p. C-6).

Parte do êxito da cartilha deve-se à parceria entre o MEC e a Editora Caminho Suave, o que impulsionou a publicação de altas tiragens e a circulação nacional da obra, aspecto explorado de forma mais pormenorizada a seguir.

3. Editora e cartilha *Caminho Suave* em programas federais de financiamento e distribuição de livros didáticos

Nesta seção, discute-se a interferência do Estado na produção da cartilha *Caminho Suave* por meio de subsídios de diferentes programas

federais ao longo de três décadas. Cabe ressaltar que os dados utilizados não se referem exclusivamente à cartilha, mas à participação da Editora Caminho Suave em tais políticas de financiamento. As fontes relacionadas aos programas federais de livros didáticos também são lacunares e, em alguns casos, conflitantes. Nas circunstâncias em que existiam informações diferentes para o número de exemplares ou montante investido, foi empregado o valor mais alto. Apesar disso, com base no DOU pode-se observar a extensão do investimento financeiro do MEC na Editora Caminho Suave e as altas tiragens de livros editados por meio dessa parceria público-privada.

A Editora Caminho Suave participou de dois programas federais de subsídios. Primeiramente, do Plidef, em suas três fases, ou coordenações: a do Instituto Nacional do Livro (INL), entre os anos de 1971 e 1976; a da Fundação Nacional de Material Escolar (Fename), no período de 1976 a 1983, e a da Fundação de Assistência ao Educando (FAE), durante os anos de 1983 e 1985. Posteriormente, participou do PNLD, criado em 1985 e ainda em funcionamento. É importante salientar que os dados dos anos de transição entre diferentes programas foram considerados como integrantes da nova política adotada.

Em 1971, após a dissolução da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted), em razão de irregularidades na utilização de dinheiro público, o INL ficou responsável pela formulação das diretrizes do MEC em relação ao programa editorial e aos planos de ação para o livro técnico e o livro didático (Brasil, 1971, p. 4456-4457). Dessa forma, o INL, existente desde 1937, passou a coordenar e executar as atividades relacionadas à produção, à edição e à distribuição desses livros, bem como a autorizar a celebração de contratos e convênios com editores, gráficas, autores, distribuidores e livreiros.

A definição das diretrizes do plano de ação do livro didático pelo INL foi desenvolvida no sentido de integrar a produção desses materiais ao sistema de coedição já praticado nesse instituto para o caso de livros literários. A coedição entre as editoras privadas e o INL representava uma divisão de custos na produção dos materiais ainda em sua fase inicial. A instituição dessas parcerias entre o setor público e o privado era interessante para as editoras na medida em que garantia que, mesmo antes da impressão, uma parte desses impressos estivesse vendida e paga (Vahl, 2014).

Neste contexto, o Plidef possuía como objetivos: a distribuição de livros didáticos para uma parcela de alunos carentes por meio de convênios com as Secretarias Estaduais de Educação (SEC); o barateamento do preço dos exemplares nas livrarias para atendimento aos estudantes não caracterizados como carentes; o aprimoramento da qualidade dos livros didáticos por intermédio do sistema de seleção e avaliação do Plidef/INL; a colaboração para o aperfeiçoamento técnico-pedagógico dos professores por meio de manuais para o professor e de cursos; a implantação do Fundo Nacional do Livro Didático e do Banco do Livro (Brasil, 1973, p. 42).

No estudo realizado, foi possível localizar dados sobre o fechamento de contratos entre o INL e a Editora Caminho Suave, conforme reprodução abaixo:

Resumo de Contrato nº 7

Resumo de contrato efetuado entre o Ministério da Educação e Cultura, através do Instituto Nacional do Livro e a Editora “Caminho Suave” Limitada, com a finalidade de publicar a coedição 900.000 livros acompanhados de manuais do professor, calculados na base de 1(um) para cada 30 (trinta) livros, sendo 694.865 a tiragem da Editora e 205.135 a tiragem do INL, devendo os mesmos ser entregues até 10 de janeiro de 1975 e ter o (s) preço (s) afixado (s) na quarta capa, ficando previsto como despesa total do INL para a coedição indicada, o montante de Cr\$ 1.120.500,50 (hum milhão, cento e vinte mil, quinhentos cruzeiros e cinquenta centavos), conforme emprenho nº 0624, de 18 de novembro de 1974, ficando ainda definida a multa de restituição em dobro da importância recebida, caso a Editora não cumpra o contrato. As partes contratantes ficaram de posse dos termos completos do contrato e respectivos anexos que foram assinados a 22 de novembro de 1974, pelo escritor Herberto Sales, pelo INL, por Sra. Branca Alves de Lima, pela Editora. Testemunhas – Odete Ramos e Manoel Lima (Brasil, 1975, p. 8349).

O contrato indica a coedição de 900.000 mil exemplares de livros da Editora Caminho Suave, tendo como base um manual do professor para

cada trinta livros do aluno: a despesa total para o INL foi de mais de um milhão de cruzeiros¹⁰.

A seguir, na tabela 03, são apresentados os dados sobre o total de exemplares coeditados em parceria pela Editora Caminho Suave e o INL entre os anos de 1972 e 1975:

Tabela 03 – Total de exemplares e montante da coedição Plidef/INL Editora Caminho Suave (1971-1975)

ANO	TOTAL EM EXEMPLARES	TIRAGEM INL	MONTANTE
1972	790.000	167.783	Cr\$ 557.216,10
1973	-	-	Cr\$ 762.601,20
1974	-	-	-
1975	1.800.000	460.623	Cr\$ 3.131.412,55

Fonte: Brasil (1972, p. 11999; 1973, p. 13712; 1975a, p. 8349; 1975b, p. 12762).

É possível perceber a produção de pelo menos 2.590.000 exemplares ao longo de quatro anos (1972-1975). Para tanto, foi dispendido pelo INL um montante de Cr\$ 4.451.229,85. Se estabelecermos um comparativo entre o valor gasto pelo INL na parceria com a Editora Caminho Suave e o salário mínimo do período, de Cr\$ 768,00, pode-se afirmar que foi o equivalente ao pagamento mensal de mais de 5.795 trabalhadores¹¹.

No final do ano de 1975, problemas na elaboração dos livros integrados e também o argumento de que o INL deveria desenvolver uma política centrada no campo cultural, sobretudo na produção de livros literários, resultaram na transferência da coordenação do Plidef para a Fename nos primeiros meses de 1976 (Brasil, 1976a, p. 1681).

¹⁰ Cabe destacar que, em alguns casos, o contrato era fechado em um ano, mas a distribuição dos livros ocorria no ano seguinte. No entanto, para a disposição dos dados do DOU nas tabelas, seguiu-se o ano de publicação do contrato.

¹¹ Foi utilizado como base para o cálculo o valor do salário mínimo dos meses de maio a dezembro de 1976, o maior do período. Fonte: Pró-reitoria de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

A Fename foi criada em 1967 com o objetivo de substituir a Campanha Nacional de Material de Ensino (CNME) na produção e distribuição de material escolar. Esse órgão produzia cadernos para alunos, cadernos de exercícios, guias metodológicos, dicionários, atlas, enciclopédias, entre outros materiais didáticos (Filgueiras, 2011). O Plidef/Fename manteve a estrutura anterior das coedições organizada pelo INL. Nessa nova configuração, foram mantidos os contratos com as editoras. A seguir, reproduzimos um contrato assinado entre a Fename e a Editora Caminho Suave:

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DLD/PLIDEF Nº 010/80, celebrado entre a Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME e a Editora “Caminho Suave”, tendo por objeto a coedição de 2.477.123 livros e manuais do professor, destinando-se à FENAME 1.362.427 exemplares, ficando prevista a importância de Cr\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de cruzeiros) como despesa total da FENAME, à conta do Programa do Livro Didático/Ensino Fundamental – PLIDEF, conforme empenho nº 0667 de 19.06.80. As partes contratantes ficaram de posse dos termos completos do contrato, assinado em 19.06.80 por Milton Durço Pereira, pela FENAME, e por Branca Alves de Lima, pela Editora (Brasil, 1980, p. 24868).

Esse extrato do contrato assinala a produção de quase dois milhões e meio de livros por meio do convênio entre a Fename e a Editora Caminho Suave no ano de 1980. A despesa por parte do governo federal para a coedição desse material foi de 53 milhões de cruzeiros.

A tabela 04 apresenta os dados relativos ao total de exemplares produzidos pela Editora Caminho Suave em cooperação com a Fename, entre os anos de 1976 e 1982:

Tabela 04 – Total de exemplares e montante da coedição Plidef/Fename Editora Caminho Suave (1976-1982)

ANO	TOTAL EM EXEMPLARES	TIRAGEM FENAME	MONTANTE
1976	770.000	69.882	Cr\$ 960.718,70
1977	510.184	316.610	Cr\$ 3.919.188,54
1978	316.610	-	-
1979	1.118.278	-	-
1980	2.477.123	1.362.427	Cr\$ 53.000.000,00
1981	-	1.362.427	-
1982	2.458.642	1.029.286	Cr\$ 210.500.000,00

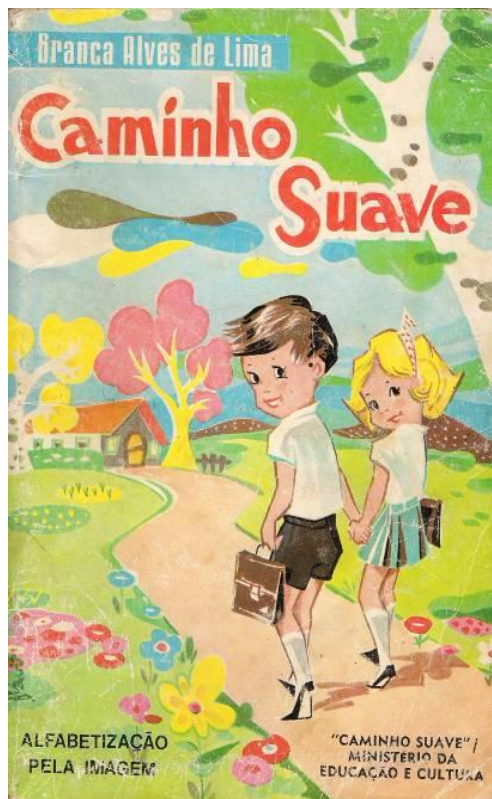
Fonte: Castro (1996), Brasil (1976b, p. 13121; 1977, p. 4798; 1980, p. 24868; 1982a, p. 1671; 1982b, p. 18391).

A tabela 04 mostra a coedição de 7.650.837 exemplares entre a Fename e a Editora Caminho Suave no período de 1976 a 1982. Para a produção desses livros, foram gastos no mínimo 268.379.907,24 cruzeiros, o que, no ano de 1982, equivalia a aproximadamente 11.387 salários mínimos¹². É importante destacar também que, no ano de 1980, a tiragem chegou a 2.477.123, um número expressivo para o mercado editorial de livros didáticos.

Na figura 02, está reproduzida a imagem de um exemplar da cartilha *Caminho Suave* produzida por meio do convênio com a Fename, conforme dados constantes na folha de rosto:

¹² Foi utilizado como base para o cálculo o valor do salário mínimo dos meses de novembro a dezembro de 1982, o maior do período. Fonte: Pró-reitoria de Administração e Finanças da Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>. Acesso em 17 de outubro de 2014.

Figura 02 – Cartilha *Caminho Suave* – Fename (1979/81^a edição). Capa e Folha de Rosto.



Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Hisales

Em 1983, foi criada a FAE, que incorporou os programas da Fename e do Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE), unificando os órgãos do MEC responsáveis por políticas de caráter assistencialista dos níveis pré-escolar ao 2º Grau. Apesar de ter sido concebida em um momento de distensão política, de redemocratização, depois de quase duas décadas de ditadura militar, a FAE ainda pode ser percebida como um mecanismo destinado a ofertar benefícios na tentativa de corrigir as desigualdades sociais, que, conseqüentemente, excluíam a população em geral do processo decisório e frustrava o exercício da cidadania (Hofling, 1993). A tabela 05 exhibe os dados do total de exemplares coeditados entre a FAE e a Editora Caminho Suave, nos anos de 1983 e 1984:

Tabela 05 – Total de exemplares e montante da coedição Plidef/FAE Editora Caminho Suave (1983-1984)

ANO	TOTAL EM EXEMPLARES	TIRAGEM FAE	MONTANTE
1983	-	1.037.928	Cr\$ 224.745.528,00
1984	-	899.717	-

Fonte: Castro (1996), Brasil (1983, p. 14858).

Essa tabela mostra a coedição de 1.937.645 exemplares da Editora Caminho Suave durante os dois anos de funcionamento do Plidef/FAE. Foram gastos pelo menos Cr\$ 224.745.528,00 do orçamento da Fundação para a produção desses livros. Em 1984, o sistema de coedições de livros didáticos foi extinto e, no ano seguinte, 1985, foi lançado o PNLD. O PNLD, inicialmente supervisionado pela FAE, tinha como objetivos a distribuição universal de livros didáticos a alunos de escolas públicas do Ensino de 1º Grau, o abandono do uso dos livros de caráter consumível e a maior participação dos professores na escolha dos materiais didáticos (Brasil, 1985, p. 12178).

Na implementação do Programa, em 1985, “a distribuição do livro didático adquiria status de prioridade nacional sobretudo pela vertente do assistencialismo, vinculando-se de modo secundário à busca da qualidade na educação” (Cassiano, 2007, p. 24). A partir de 1995, o Programa passou a contar com novas diretrizes, inclusive em atenção às exigências do Banco Mundial para financiamento de países considerados em desenvolvimento. Assim, eram garantidas remessas regulares de recursos que permitiram a ampliação da aquisição de exemplares, o que assegurou a distribuição e a entrega dos materiais. Além disso, foram instituídas comissões de avaliação pedagógica dos livros didáticos (Cassiano, 2007). A tabela 06 evidencia os dados do total de exemplares produzidos pela Editora Caminho Suave por meio do PNLD, entre 1985 e 1996:

Tabela 06 – Total de exemplares e montante PNLD – Editora Caminho Suave (1985-1996)

ANO	TOTAL EM EXEMPLARES	MONTANTE
1985	1.553.186	-
1986	1.569.644	Cr\$ 11.771.424.126,00 e Cz\$ 14.205.870,80
1987	1.177.988	Cz\$ 5.384.722,00
1988	779.872	Cz\$ 52.680.505,22
1989	695.553	Ncz\$ 2.818.635,53
1990	219.691	-
1991	591.694	-
1992	-	-
1993	-	Cr\$ 6.715.287.704,47
1994		Cr\$ 63.793.833,32 e R\$ 2.350,70
1995		R\$ 168.421,84
1996		R\$ 576,80

Fonte: Castro (1996), Brasil (1986a, p. 1661; 1986b, p. 7366; 1986c, p. 10167; 1986d, p. 15556; 1987, p. 19464; 1988a, p. 1766; 1988b, p. 2135; 1988c, p. 23252; 1989, p. 18252; 1993a, p. 2235; 1993b, p. 3880; 1993c, p. 5830; 1993d, p. 19563; 1993e, p. 21935; 1994a, p. 2531; 1994b, p. 15998; 1995a, p. 2212; 1995b, p. 11551; 1995c, p. 18076; 1995d, p. 21085; 1996a, p. 1360; 1996b, p. 16558).

No decorrer de onze anos de participação da Editora Caminho Suave no PNLD, foram editados ao menos 6.587.628 de exemplares¹³. O número

¹³ Nos dados de valores pagos pelo MEC na tabela 06, foi possível observar a referência de distribuição de livros a alguns programas específicos, como a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

da tiragem total da Editora foi diminuído no decorrer da década de 1990, até sua exclusão do Programa em 1996¹⁴. A seguir, na figura 03, a capa e a folha de rosto de um exemplar da cartilha *Caminho Suave* produzido no PNLD:

Figura 03 – Cartilha *Caminho Suave* – PNLD (1996/114ª edição). Capa e Folha de Rosto



Fonte: Acervo do grupo de pesquisa Hisales

Quando reunimos as tiragens produzidas pela Editora Caminho Suave nos dois programas federais de subsídios para a produção de livros didáticos ao longo de vinte e três anos (Plidef, entre 1971 e 1985, e PNLD de 1985 a 1996), temos no mínimo 19 milhões de exemplares editados. Esse resultado corrobora a percepção de que a coleção e a cartilha *Caminho Suave*, carro chefe de vendas da editora, foram um fenômeno

¹⁴ No quadro, é possível examinar a mudança da moeda no Brasil, de Cruzeiro (Cr\$) para Cruzado (Cz\$) em 1986, para Cruzado Novo (NCz\$) em 1989, para novamente Cruzeiro (Cr\$) em 1990, para Cruzeiro Real (CR\$) em 1993, e finalmente para Real (R\$) em 1994.

editorial na história da produção didática brasileira. Outro aspecto a ser ressaltado é que a assinatura dos contratos com os diferentes órgãos do MEC pela própria Branca Alves Lima demonstra uma participação ativa da autora em relação às atividades da Editora. Isso revela que ela atuou não somente como autora de livros didáticos, mas também como empreendedora do setor editorial.

A avaliação negativa pelo PNLD, ocasionando a retirada da coleção e da cartilha *Caminho Suave* do Programa e, posteriormente, o fechamento da editora homônima, ocorreu em um contexto de mudança no campo da alfabetização. A introdução das ideias construtivistas no Brasil e o questionamento dos métodos de alfabetização influenciaram a decisão do MEC quanto aos materiais para ensino da leitura e da escrita que deveriam circular nas escolas. O impacto da avaliação do PNLD e da inserção das ideias construtivistas no pensamento pedagógico brasileiro em sua relação com a trajetória editorial da cartilha será abordado na seção seguinte.

4. O “método” da cartilha *Caminho Suave* e o embate com o construtivismo

Nas seções anteriores, apresentamos um panorama amplo da produção e da circulação da cartilha e da Editora Caminho Suave, bem como dos incentivos decorrentes de sua inclusão nos programas de livros didáticos no Brasil. Neste item, passamos à análise da diminuição da tiragem e da circulação da cartilha que, após vigorar por mais de quarenta anos, foi considerada pelo MEC inadequada para o uso nas escolas públicas.

Conforme Soares (2010, p. 68), durante décadas, buscou-se o melhor método para alfabetizar (silábico, global, fônico, eclético) e “esse parecia ser o problema crucial da alfabetização: um método”. Portanto, utilizar as cartilhas era um caminho seguro para alfabetizar crianças, especialmente nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX. Esse “caminho seguro” de alfabetização por meio do uso de cartilhas e de um método específico passou a ser questionado no final dos anos 80 e início dos anos 90: “viviam-se o período inicial de introdução, na área do ensino, de uma nova concepção do processo de alfabetização, aquela que ganhou a denominação, talvez inadequada, de construtivismo” (Soares, 2010, p. 85).

As pesquisas de Emília Ferreiro e colaboradoras acerca da aquisição da língua escrita pelas crianças mudaram substancialmente o campo da alfabetização, especialmente na América Latina. A tradução e a publicação

do livro *Psicogênese da Língua Escrita* no Brasil, em 1985, foram um marco na história da alfabetização do país (Ferreiro & Teberosky, 1985). Desde então, a divulgação da concepção psicogenética de alfabetização, que advogava o fim do método e das cartilhas, alteraria de forma singular o campo do ensino da leitura e da escrita, com impacto significativo na produção de materiais didáticos para a fase inicial da escolarização.

Neste contexto, a indagação central, que antes incidia sobre o melhor método para alfabetizar, passou a ser orientada pelo seguinte questionamento: é preciso um método para alfabetizar? (Soares, 2010). É nesse sentido que analisamos – e devemos compreender – o decréscimo na produção da cartilha *Caminho Suave*, que coincidiu com o forte embate dos métodos “tradicionais” de alfabetização versus as orientações construtivistas. O fortalecimento da perspectiva construtivista de alfabetização, o abandono e a negação dos métodos de alfabetização e, consequentemente, das cartilhas, foram temas de diferentes reportagens na década de 1980, inclusive com críticas diretas à cartilha. É o que podemos observar no excerto que segue, no depoimento da antropóloga Sonia D. Guimarães:

Ao tempo de suas quase cem edições, não se pode dizer que a cartilha tenha passado por modificações significativas. O primeiro texto ainda fala da “baba do bobo e do bebê” e de um arsenal de palavras soltas e frases sem sentido. A pretexto de simplificar o aprendizado, a cartilha apela no geral para a memorização, sem dar margem à criatividade da criança ou do professor. As alterações introduzidas nas edições mais recentes são apenas marginais, embora algumas delas chamem a atenção, como as pinceladas de tinta preta nas ilustrações. Na capa atual de *Caminho Suave* há o desenho de uma criança negra, ao lado de crianças brancas, “caminhando suavemente para a escola” (Os Livros..., 1986, p. 16).

As reportagens revelam que a crítica aos métodos de alfabetização que privilegiavam o ensino de “palavras soltas” e “frases sem sentido” ganhou força a partir da década de 80 do século XX. A reportagem reproduzida faz referência às poucas mudanças da cartilha *Caminho Suave* nas “suas quase cem edições”, ou seja, teriam sido feitas apenas algumas “pinceladas de tinta preta nas ilustrações”, porém, o conteúdo e a concepção da aprendizagem da leitura e da escrita – pela repetição e

memorização - teriam permanecido praticamente inalterados durante todo o período de sua publicação.

Apesar da desaprovação crescente da cartilha, Branca continuou defendendo seu método diante do que entendia como “modismos”, como se pode ler na reportagem da *Folha de São Paulo*, de 1987:

Para Branca Alves de Lima, autora da cartilha “Caminho Suave”, que vendeu mais de setecentos mil exemplares no programa de distribuição de livros didáticos da FAE, a queda do nível de ensino é consequência desses “modismos” que condenam o didático e a cópia. Segundo Branca, o professor deve começar o curso com um ditado-treino em que as palavras são escritas na lousa. Numa segunda fase, as palavras são escritas no caderno e corrigidas coletivamente em sala de aula. No fim, o professor deve fazer e corrigir o ditado. O aluno repetirá vinte ou trinta vezes as palavras erradas. Branca diz que este é o método comprovado de alfabetização (Métodos..., p. 14).

Na década de 1990, comentários negativos sobre a utilização da *Caminho Suave* continuaram se avolumando na imprensa, conforme exemplo a seguir:

As mudanças na cartilha foram sutis nas últimas décadas. A capa, que mostra um casal de alunos a caminho da escola, foi modernizada e foram introduzidos exercícios preparatórios, onde, segundo Branca, o professor pode avaliar se a criança está apta para a alfabetização. Esse tipo de avaliação expõe ainda mais a cartilha a críticas de seguidores de algumas linhas pedagógicas modernas, que contestam o uso desse tipo de material para a alfabetização. Para as pedagogas Meire Graça Mattos e Maria Zilda da Cunha Lopes, da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (Cenp) da Secretaria de Educação, as cartilhas atendem a “supostas dificuldades criadas pelos adultos, que as crianças não tem”. Elas dizem que a cartilha ensina através de frases “artificiais”, o que acaba prejudicando o desenvolvimento futuro do aluno (Após 40 anos... 1990, p. C-6).

Em relação às alterações nas edições da cartilha *Caminho Suave* é relevante salientar que, por meio tanto da imprensa quanto dos exemplares do acervo do grupo de pesquisa Hisales, identificamos somente dois

momentos mais significativos em que isso teria ocorrido (Brasil, 1987, p. 7). A primeira mudança, na década de 1970, corresponde a uma reestruturação da cartilha, com a alteração na capa e a inclusão de cores nas ilustrações do interior do livro. A segunda mudança, na década de 1980, abrange a inclusão de exercícios para o período preparatório e a modificação no formato, que passou de 23x15cm para 27x21cm. A versão da *Caminho Suave* comercializada atualmente mantém um padrão similar ao dos anos 80: como consta nas capas, apenas a ortografia foi modernizada de acordo com as novas normas.

Em 1996, a FAE formou uma comissão de especialistas para avaliar os livros didáticos de 1ª a 4ª séries. Os materiais que contivessem erros de conteúdo ou apresentassem alguma forma de preconceito e discriminação seriam eliminados do PNLD. A liberação da lista dos livros excluídos do Programa gerou uma “crise” entre o MEC e o mercado editorial (Munakata, 1997). O MEC divulgou em vários momentos “apenas informações parciais” e, conforme Munakata (1997, p. 65), a “Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale) reclamou que o diálogo que vinha mantendo com a FAE fora abruptamente interrompido”. Por fim, a lista com a totalidade dos 347 livros recusados pelo MEC foi liberada em 24 de junho de 1996 (Falcão, 1996, p. 7).

Uma das reprovações mais polêmicas do Programa foi a da coleção Caminho Suave (1ª a 4ª série). Em junho de 1996, quando foi liberada a lista dos títulos reprovados, Branca Alves de Lima afirmou à *Folha de São Paulo*, o seguinte: “já estávamos nos preparando para reformular esses livros, mas puseram tanta coisa (na avaliação sobre o Caminho Suave) que ainda não sabemos o que vamos fazer” (Falcão, 1996, p. 7).

Em 1996, a avaliação que gerou o primeiro guia de livros didáticos do PNLD não incluía cartilhas e livros de alfabetização. Naquele ano, foram recusados os livros de 1ª a 4ª séries - Português, da coleção Caminho Suave. Já a avaliação de 1997, que gerou o segundo guia do PNLD, incluiu cartilhas e livros de alfabetização, o que resultou, também, na reprovação da cartilha *Caminho Suave*. Referindo-se a isso, a *Folha de São Paulo* publicou o seguinte: “a baixa mais notável é a cartilha ‘Caminho Suave’, ausente da lista de títulos aprovados pelo Guia de Livros Didáticos do PNLD” (Rossetti, 1997, p. 09). Como consequência da exclusão do Programa, a Editora homônima encerrou suas atividades, repassando os direitos de publicação da cartilha para a Editora Edipro, ainda em 1996.

No debate que se seguiu à divulgação da avaliação do PNLD de 1997, o presidente da Associação Brasileira de Livros (Abrelivros), Wander Soares, acusou o MEC de ter persuadido os professores a selecionar livros para o ensino da leitura e da escrita que seguissem os preceitos do construtivismo: “o sistema do governo está induzindo os professores a escolherem determinada linha pedagógica, o construtivismo” (Avancini & Rossetti, 1997, p. 9). Virgínia Rebeis Farha, diretora do Departamento de Políticas da Secretaria de Educação Fundamental do MEC, admitiu o incentivo ao construtivismo e salientou que não via nenhum problema nisso, pois, segundo afirmou, “é uma proposta que está apoiada no que há de mais defendido nas universidades. Queremos que o aluno vincule o conhecimento a sua realidade” (Avancini & Rossetti, 1997, p. 9).

Sobre o construtivismo, Branca Alves de Lima afirmou que somente “ao final de diversos anos é que se vai chegar à conclusão se o construtivismo dá ou não resultados” e lamentou que os técnicos do MEC estivessem “projetando, quase decretando, que os alunos não usem mais cartilhas” (Avancini & Rossetti, 1997, p. 10).

As edições atuais da cartilha *Caminho Suave* têm tido em média a tiragem de 5.000 exemplares. Apesar disso, a cartilha figura entre as principais obras do catálogo da Edipro. A Editora afirmou para o jornal *Folha de São Paulo* que o livro didático continua sendo utilizado, principalmente “na alfabetização de adultos, árabes e orientais” (Cimino, 2010, p. C6).

Considerações finais

Este artigo expressa nosso esforço por contribuir para o campo da pesquisa histórica em educação e para a consolidação da área da história da alfabetização no Brasil. Identificar e analisar os materiais usados no ensino inicial da leitura e da escrita – e, no caso específico, o sucesso editorial da cartilha e da editora em pauta – é, também, uma forma de contribuir para os estudos mais gerais da cultura escrita. Uma pesquisa como a que empreendemos e cujos resultados aqui apresentamos oferece elementos para, entre outras coisas, compreendermos historicamente as ações do Estado e as decisões políticas e pedagógicas da escola para inserir as novas gerações na cultura escrita. A compreensão da correlação de forças no projeto social de ensinar as crianças a ler e a escrever deve ser, de fato, uma das tarefas centrais da pesquisa nesse campo.

Como conclusões mais específicas em face dos resultados da investigação, ressaltamos a identificação de pelo menos três momentos marcantes durante os mais de sessenta anos de publicação da cartilha *Caminho Suave*. O primeiro é caracterizado pelo lançamento da cartilha, considerada inovadora para a época, e por sua inclusão na lista de livros indicados para uso no ensino primário do Estado de São Paulo. Esse período refere-se, portanto, ao final dos anos 40 e aos anos 50 do século XX. O segundo, entre os anos 70 e 90, é marcado pela publicação de grandes tiragens de livros da Editora Caminho Suave em razão, principalmente, de programas de subsídios de livros didáticos do governo federal. Essas políticas alavancaram sobremaneira a produção e a venda dos livros pela referida editora, em especial da cartilha. O terceiro momento, do final dos anos 90, caracteriza-se pela retirada da coleção e da cartilha *Caminho Suave* do PNLD e pela restrição da utilização de novas edições em escolas que não dependiam de decisões oficiais. Esse movimento deveu-se à nova concepção psicogenética de alfabetização em circulação no país e, com ela, ao repúdio ao uso dos chamados métodos tradicionais (analíticos e sintéticos) e das cartilhas.

Durante mais de meio século de publicação, a cartilha *Caminho Suave* conservou uma estrutura bastante semelhante à de seu lançamento: “simples, sequencial e repetitiva” (Maciel, 2002, p. 164), associando o desenho à letra inicial da palavra-chave de cada letra, seguida de frases simples, palavras curtas e a família silábica em letra imprensa e cursiva. Na sequência, apareceram os exercícios com as sílabas (formação de palavras, cópias e exercícios afins). Contudo, é preciso considerar que possivelmente esse seja um dos aspectos (a simplicidade da proposta, exequível em sala de aula) que fez da Caminho Suave o *best-seller* das cartilhas no Brasil.

Os diários oficiais da União revelam a edição de, pelo menos, 19 milhões de exemplares da Coleção Caminho Suave por meio de programas federais de financiamento e distribuição de livros didáticos entre os anos de 1971 e 1996. Contudo, conforme artigos na imprensa, teriam sido vendidos mais de 40 milhões de exemplares somente da cartilha *Caminho Suave* em mais de cem edições. Além disso, o fato de a cartilha continuar sendo editada até hoje (131ª ed., 2011) demonstra a manutenção de uma tradição pedagógica que ainda tem muita força na prática escolar do ensino da leitura e da escrita. Esse dado, no mínimo, deve ser considerado em qualquer debate sobre alfabetização e políticas do livro didático no Brasil.

Referências

- Batista, A. A. G. (1999). Um Objeto Variável e Instável: Textos, Impressos e Livros Didáticos. In M. Abreu (Org.), *Leitura, História e História da Leitura* (p. 529-575). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Bittencourt, C. M. F. (1993). *Livro didático e conhecimento histórico: Uma história do saber escolar* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Carvalho, C. H., Araujo, J. C. S., & Gonçalves Neto, W. (2002). Discutindo a história da educação: a imprensa enquanto objeto de análise histórica (Uberlândia-MG, 1930-1950). In J. C. Araújo, & D. Gatti Jr. (Orgs.), *Novos temas em História da Educação Brasileira* (p. 67-89). Campinas, SP: Autores Associados.
- Cassiano, C. C. F. (2007). *O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Castro, J. A. (1996, Março). O processo de Gasto Público do Programa do Livro Didático. *IPEA*, (406), 1-76.
- Cellard, A. (2010). A análise documental. In J. Poupart, J.-P. Deslauriers, L.-H. Groulx, A. Laperrière, R. Mayer, & A. P. Pires (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (p. 295-316). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Corsetti, B. (2006, Janeiro). A análise documental no contexto da metodologia qualitativa: uma abordagem a partir da experiência de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos. *UNIrevista*, 1(1), 32-46.
- Cruz, H. F., & Peixoto, M. R. C. (2007, Dezembro). Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, (35), 253-270.
- Faria Filho, L. M. (2002). O Jornal e outras fontes para a História da Educação mineira do século XIX: uma introdução. In J. C. Araújo, &

D. Gatti Jr. (Orgs.), *Novos temas em História da Educação Brasileira* (p. 133-150). Campinas, SP: Autores Associados.

Ferreiro, E., & Teberosky, A. (1985). *A psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Frade, I. C. A. S. (2011). História da alfabetização e da cultura escrita: discutindo uma trajetória de pesquisa. In M. R. L. Mortatti (Org.) *Alfabetização no Brasil: uma história de sua história* (p. 177-199). São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.

Frade, I. C. A. S., & Maciel, F. I. P (Orgs.). (2006). *História da alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte, MG: UFMG/FaE.

Hofling, H. M. (1993). A FAE e a execução da política editorial: 1983-1988 (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Le Goff, J. (2003). *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.

Luca, T. R. (2008). História dos, nos e por meio dos periódicos. In C. B. Pinsky (Org.). *Fontes Históricas* (2a ed., p. 111-153). São Paulo, SP: Contexto.

Luke, A. (1988). *Literacy, Textbooks and Ideology: Postwar Literacy Instruction and the Mythology of Dick and Jane*. Philadelphia: The Falmer Press.

Maciel, F. I. P. (2001). *Lúcia Casasanta e o Método Global de Contos: uma contribuição à História da Alfabetização em Minas Gerais* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Maciel, F. I. P. (2002, Abril). As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. *Revista História da Educação*, 6(11), 147-168.

Mortatti, M. R. L. (2000). *Os sentidos da alfabetização (São Paulo 1876/1994)*. São Paulo, SP: Ed. Unesp.

Munakata, K. (1997). *Produzindo livros didáticos e paradidáticos* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Paiva, E. V., & Paixão, L. P. (2002). *PABAE (1956-1964): a americanização do ensino elementar?* Niterói, RJ: EdUFF.

Peres, E. (2008). Autoras de obras didáticas e livros para o ensino da leitura produzidos no Rio Grande do Sul: contribuições à história da alfabetização (1950-1970). *Educação Unisinos*, 12, 111-121.

Pimentel, A. (2001, Novembro). O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. *Cadernos de Pesquisa*, (114), 179-195.

Pina, F. (2011). *O acordo MEC/USAID: ações e reações (1966-1968)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Assis.

Soares, M. (2010). *Alfabetização e Letramento*. São Paulo, SP: Contexto.

Vahl, M. M. (2014). *O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro – PLIDEF/INL (1971-1976): um estudo sobre as condições históricas e sociais e as paradas em jogo no campo* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Vieira, C. E. (2007). Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In M. A. T. Oliveira (Org.), *Cinco estudos em História e Historiografia da Educação* (p. 11-40). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Fontes consultadas

Após 40 anos, Caminho Suave ainda vende 750 mil exemplares. (1990, 17 de Abril). *Folha de São Paulo*, Educação, C-6. Acessado em: <http://acervo.folha.com.br>

Avancini, M., & Rossetti, F. (1997, 25 de Novembro). Guia do MEC aposenta cartilha recordista. *Folha de São Paulo*, p. 11. Acessado em: <http://acervo.folha.com.br/>.

Brasil, J. C. (1987, 15 de Fevereiro). Os ‘best sellers’ e os bolsos cheios. *Jornal do Brasil*, Caderno B, p. 7. Acessado em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>.

Brasil. (1971, 11 de Junho). Decreto nº 68.728/1971. Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, p. 4456-4457. Acessado em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. (1976, 05 de Dezembro). Decreto nº 77.107/1976. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, p. 1681. Acessado em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. (1985, 20 de Agosto). Decreto nº 91.524. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, p. 12178. Acessado em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>

Brasil. MEC/INL. (1973). *Programa Nacional do Livro Didático*. Brasília, DF.

Brasil. (1972, 29 de Novembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 11999. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1973, 31 de Dezembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 13712. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1975a, 08 de Julho). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 8349. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1975b, 24 de Setembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 12762. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1976, 01 de Outubro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 13121. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1977, 22 de Novembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 4798. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1980, 11 de Dezembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 24868. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1982a, 27 de Janeiro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 1671. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1982b, 30 de Setembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 18391. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1983, 22 de Agosto). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 14858. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1986a, 29 de Janeiro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 1661. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1986b, 21 de Maio). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 7366. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1986c, 09 de Julho). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 10167. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1986d, 15 de Outubro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 15556. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1987, 18 de Novembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 19464. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1988a, 28 de Janeiro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 1766. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1988b, 03 de Fevereiro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 2135. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1988c, 30 de Novembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 23252. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1989, 10 de Outubro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 18252. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br>

Brasil. (1993a, 19 de Fevereiro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 2235. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1993b, 23 de Março). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 3880. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1993c, 03 de Maio). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 5830. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1993d, 30 de Novembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 19563. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1993e, 29 de Dezembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 21935. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1994a, 04 de Fevereiro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 2531. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil (1994b, 22 de Agosto). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 15998. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1995a, 24 de Janeiro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 2212. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1995b, 27 de Junho). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 11551. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1995c, 25 de Setembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 18076. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1995d, 07 de Novembro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 21085. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1996a, 17 de Janeiro). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 1360. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Brasil. (1996b, 23 de Agosto). Termos de Contrato. *Diário Oficial da União*, p. 16558. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Caminho suave (1959, Julho/Agosto). *Letras da Província*, X(127-128), 07. Acessado em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Cimino, J. (2010, 01 de Novembro). Vovô tuitou a uva. *Folha de São Paulo*, Cotidiano, C6. Acessado em: <http://acervo.folha.com.br/>

Falcão, D. (1996, 25 de Junho). MEC divulga lista de livros excluídos. *Folha de São Paulo*, p. 7. Acessado em: <http://acervo.folha.com.br/>

Lima, B. A. (1979). *Cartilha Caminho Suave* (81a ed.). São Paulo, SP: Caminho Suave.

Lima, B. A. (1996). *Cartilha Caminho Suave* (114a ed.). São Paulo, SP: Caminho Suave.

Mello, M. T. (1983, 18 de Setembro). Condenado pelas escolas livro didático deve mudar. *Folha de São Paulo*, Terceiro Caderno, Educação, p. 24. Acessado em: <http://acervo.folha.com.br/>

Métodos de alfabetização descartam o tradicional ditado. (1987, 10 de Agosto). *Folha de São Paulo*, Primeiro Caderno, Educação e Ciência, p. 14. Acessado em: <http://acervo.folha.com.br/>

Os livros que fazem as cabeças das crianças. (1986, 09 de Março). *Jornal do Brasil*, Primeiro Caderno, p. 16. Acessado em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

Rossetti, F. (1997, 25 de Novembro). Pioneira associou letras a imagens. *Folha de São Paulo*, p. 10. Acessado em: <http://acervo.folha.com.br/>

São Paulo, Departamento de Educação – Expediente Geral. (1949a, 12 de Fevereiro). *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 12. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

São Paulo. (1949b, 06 de Fevereiro). Relação dos livros de leitura diária autorizados para 1949. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 08. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

São Paulo. (2009a, 29 de Maio). Tribuna – Obras inadequadas. Comentário do Deputado Estadual Antonio Mentor. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 5. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

São Paulo. (2009b, 03 de Julho). Pronunciamento do Deputado Estadual Olímpio Gomes. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 11. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

São Paulo. (2011, 14 de Maio). Pronunciamento do Deputado Estadual Donisete Braga. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 15. Acessado em: <http://www.jusbrasil.com.br/>

Endereço para correspondência:

Eliane Teresinha Peres

Faculdade de Educação da UFPel

Rua Alberto Rosa, 154 – CEP 96010 – 770

Pelotas, Rio Grande do Sul

E-mail: eteperes@gmail.com

Mônica Maciel Vahl

Faculdade de Educação da UFPel

Rua Alberto Rosa, 154 – CEP 96010 – 770

Pelotas, Rio Grande do Sul

E-mail: monicamvahl@gmail.com

Vania Grim Thie

Faculdade de Educação da UFPel

Rua Alberto Rosa, 154 – CEP 96010 – 770

Pelotas, Rio Grande do Sul

E-mail: vaniagrim@yahoo.com.br

Submetido em: 14/04/2015

Aprovado em: 17/05/2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.